



Contemporâneo Fernand Deligny: cartografar entre a educação e o poder psiquiátrico

*Edson Augusto de Souza Neto**

*Perolina Souza Teles***

*Fabio Zoboli****

Resumo: O ensaio parte da consideração de que a obra de Fernand Deligny (1913-1996) é uma intersecção entre diversas áreas do saber, como a filosofia, a educação, a psicologia, a antropologia e a etologia. Assim, busca formular um *Deligny Contemporâneo*, uma figura que se constitui a partir do debate público estabelecido em torno das pessoas diagnosticadas com o autismo na contemporaneidade. A partir de uma revisão bibliográfica narrativa, o texto propõe dois caminhos gerais de compreensão sobre a obra do autor, que ainda é bastante desconhecida em território brasileiro: (1) o problema do poder pedagógico-psiquiátrico e de seu efeito sobre a maneira como o autismo passa a ser compreendido; e (2) o problema do *topos*, das formas de convívio possíveis entre modos de ser verbais e não verbais, que se desdobram em uma discussão sobre o lugar social do autismo.

Palavras-chave: Autismo; Neurodiversidade; Educação; Poder Psiquiátrico; Fernand Deligny

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: edson.asnt@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1620682283006709>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5043-9845>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora em Prefeitura Municipal de Aracaju, EMEF Prof. Laonte Gama da Silva. E-mail: perolinasouza@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9614732209870510>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7334-6553>.

*** Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: zobolito@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0682121655932961>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5520-5773>.

Contemporary Fernand Deligny: cartographing between education and psychiatric power

Abstract: The essay starts from the consideration that the work of Fernand Deligny (1913-1996) is an intersection between different areas of knowledge, such as philosophy, education, psychology, anthropology, and ethology. Thus, it seeks to formulate a *Contemporary Deligny*, a figure that is constituted from the public debate established around people diagnosed with Autism in contemporary times. Based on a narrative bibliographic review, the text proposes two general ways of understanding the author's work, which is still largely unknown in Brazilian territory: (1) the problem of pedagogical-psychiatric power and its effect on the way in which autism becomes understood; and (2) the problem of *topos*, of the forms of possible coexistence between verbal and non-verbal ways of being, which unfold in a discussion about the social place of autism.

Keywords: Autism; Neurodiversity; Education; Psychiatric Power; Fernand Deligny

Contemporâneo Fernand Deligny: cartografía entre educación y poder psiquiátrico

Resumen: El ensayo parte de la consideración de que la obra de Fernand Deligny (1913-1996) es una intersección entre diferentes áreas del conocimiento, como la filosofía, la educación, la psicología, la antropología y la etología. Se busca así formular un Deligny Contemporáneo, un personaje que se constituye a partir del debate público establecido en torno a las personas diagnosticadas con Autismo en la época contemporánea. A partir de una revisión bibliográfica narrativa, el texto propone dos caminos generales para comprender la obra del autor, aún en gran medida desconocida en el territorio brasileño: (1) el problema del poder pedagógico-psiquiátrico y su efecto en la forma en que se llega a entender el autismo; y (2) el problema del *topos*, de las formas de coexistencia posible entre modos de ser verbales y no verbales, que se despliegan en una discusión sobre el lugar social del autismo.

Palabras-clave: Autismo; Neurodiversidad; Educación; Poder Psiquiátrico; Fernand Deligny

Fios introdutórios

O dom de esculpir o orvalho só encontrei na aranha
(Manoel de Barros)

O ritual de esculpir fios, criando composições com a natureza, é sabedoria de aranha. Esse saber-fazer aracnídeo, que se embrenha no sereno do anoitecer desenhando redes, é feito para o qual Fernand Deligny (1913-1996), enquanto pensador contemporâneo, dá e leva jeito. Na nossa tela é um acontecimento, da ordem do presente inesperado, encontrar um autor que se propõe a fazer uma crítica à civilização em seu aspecto colonizador e mortífero, que busca ocultar e bloquear outras potencialidades do humano. Fernand Deligny acreditava que “Quando o povo for libertado e ousar andar com seus próprios pés, a obra de arte ganhará para ele formas, cores e músicas familiares” (Deligny, 2018, p. 130). No pensamento desse autor, há a compreensão de que “O que se pode tramar entre uns e outros é, rigorosamente falando, inimaginável” (Deligny, 2015, p. 39).

Isso posto, afirmamos que há uma rede que sustenta esse escrito em dois fios fundamentais, a Filosofia e a Educação. A primeira enquanto ambiente propício para sustentar a existência de um pensador questionador como Fernand Deligny e a segunda, enquanto possibilidade, ainda que marginal, de uma experimentação pedagógica¹. Aqui não falaremos em “método deligniano de ensino”, mas trataremos a experiência criativa e coletiva, regida por Fernand Deligny, como uma aposta pedagógica que objetivava, prioritariamente, contrapor-se aos generalismos impostos pela norma e pelo poder biomédico, que lauda corpos e limita existências. No caso específico desse autor francês, sua dedicação a crianças e jovens autistas abre portais de possibilidades para repensarmos condutas, terminologias e instituições que demarcam a concepção de uma “identidade

¹ A obra de Fernand Deligny nos atravessa também enquanto questionadora de padrões pedagógicos normatizadores e tecnocráticos, a partir de sua experiência com crianças autistas.

autista”². É essa trama de fios entrelaçados que dá contornos às teias deste texto, trazendo Deligny como um autor que pode ser considerado contemporâneo.

Diante disso, objetivamos exercer a função exploratória de um prolegômeno que, a partir de uma revisão narrativa da literatura, apresenta possíveis contribuições dos apontamentos de Deligny em duas áreas propriamente relevantes na atualidade: (1) os elementos do poder pedagógico-psiquiátrico e de sua norma na maneira como o autismo é compreendido na atualidade; e (2) o problema do *topos*³, ligado às formas de convívio entre modos de ser verbais e não verbais⁴. Ou seja, utilizar Fernand Deligny para tensionar os territórios políticos do corpo autista significa interpelá-lo a partir do poder sob duas indagações: (1) “O que se pode fazer com um corpo autista?” (interpelar os dispositivos de poder que o atravessam); e, (2) “O que pode um corpo autista?” (pensar qual a potência deste corpo no jogo tensivo de sua condição singular de existência) (Zoboli; Galak; Gomes, 2024).

Para lograr tal objetivo, o presente ensaio foi organizado em outras quatro partes, para além dessa introdução. Na sequência do texto, na segunda seção, apresentamos Fernand Deligny enquanto um contemporâneo, espaço que dedicamos para justificar nosso título, relacionando o autor em questão, juntamente com suas formulações teóricas, com a ideia de contemporâneo de Giorgio Agamben (2009). Na terceira

² Por “identidade autista” compreendemos as definições de autismo que estão fincados no paradigma biomédico e no primado da ciência comprovada por evidências, demonstrando as marcas normativas de uma modelagem historicamente, simbolicamente e cientificamente construídas. A partir do *topos* de Fernand Deligny é possível questionar modelos e manuais que caracterizam o que é ser autista e como se deve agir a partir de uma identidade definida.

³ “[...] espaços que não se sujeitam a linguagem oral, espaços refratários a falação” (Matos, 2016, p. 100).

⁴ Neste caso, “não verbal” é o termo usado por Deligny como referência a uma não inscrição no discurso, que é própria a alguns quadros de autismo. Não se trata, portanto, de haver ou não uma vocalização. Ao pensar uma linguagem possível nestas relações, ainda que não verbais, Deligny só pode fazê-lo de maneira crítica, ultrapassando a definição da linguagem como mero veículo informacional (Deligny, 2015).

parte nos comprometemos a trazer reflexões sobre o Autismo e a influência que as normas do poder psiquiátrico têm exercido sobre essa condição. Na quarta seção interpelamos alguns postulados de Deligny, especialmente considerando as práticas pedagógicas executadas na “*rede aracniano*” e suas compreensões acerca do autismo, demonstrando o seu fazer artesanal cartográfico. Por fim, nas considerações finais, retomamos essa breve sistematização indicando os caminhos avistados como contribuições contemporâneas desse autor.

Apresentando Fernand Deligny enquanto um Contemporâneo

A que nos convoca a ideia de que Fernand Deligny (1913-1996), autor francês que se dizia etólogo⁵ e poeta, seja nosso contemporâneo? Talvez, exista certo estranhamento, dada a distância temporal conhecida entre o ano de sua morte e a data na qual este texto é publicado. Mesmo para aqueles capazes de perceber que 1996 não é uma data tão distante, seria preciso ao menos considerar que o autor viveu e escreveu em meio a uma realidade bastante peculiar, estando diante da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, que influenciariam diretamente suas experiências clínicas, vivenciais e de escrita (Matos, 2016; Aragon, 2018). Falamos, então, de um outro tempo, diferente do nosso?

Pelo distanciamento linguístico e geográfico, a obra de Deligny chega ao Brasil como que para ser lida ao contrário. Ainda em 2024, são poucas as traduções publicadas e, algumas, com tiragem bastante restrita, se esgotam e passam a circular clandestinamente, de maneira que lhe seja concedida maior sobrevivência. Excetuando traduções pontuais, publicadas em artigos ou em notas de rodapé, só em 2015 seria publicada a tradução de um de seus livros para a língua portuguesa. *O aracniano e outros textos*, que tem a primeira parte (*O aracniano*) redigida entre 1981 e 1982, e a segunda (*Quando o homenzinho não está (aí)*) redigida entre 1976 e 1982, é formado

⁵ Pessoa que estuda os comportamentos de pessoas ou animais em seu *habitat* natural.

de uma série de fragmentos cuja experiência conceitual trafega pelo campo da etologia, a fim de registrar a convivência do autor com as crianças e jovens autistas ao longo de um experimento clínico e antropológico que tomaria a maior parte de sua vida (Matos, 2016; Aragon, 2018).

É difícil, entretanto, resumir o nome do autor a um só domínio. Como diz Aragon (2018), Fernand Deligny são nomes próprios que não dão conta da pluralidade das linhas de errância de um autor que borra as divisórias entre os papéis de pedagogo, psicólogo, etólogo ou terapeuta. É uma sempre uma escolha textual que nos faz convocar mais deste ou daquele Fernand Deligny, para dele constituirmos esta ou aquela errância que nos seja própria. Assim, outras de suas obras, como *Semente de crápula*, publicada em 1945, e *Vagabundos eficazes*, publicada em 1947, seriam apresentadas ao público brasileiro somente em 2020 e 2018, respectivamente. O encontro às avessas apresenta, só mais recentemente, o autor como um pensador — ou companheiro — dos jovens infratores, por onde, na verdade, se iniciou a sua trajetória institucional (Matos, 2016).

Deligny também é lido de trás para a frente em outro sentido. A sua primeira obra, *Pavillon 3*, publicada em 1944, ainda sem tradução para o português, já levantava importantes questões sobre o processo asilar que ele acompanharia de perto no Hospital Psiquiátrico de Armentières. Os registros de mortalidade e de condições precárias, hoje de conhecimento público, motivaram abertamente mudanças na forma de tratamento das doenças e transtornos mentais. Tais processos históricos são lembrados especialmente pelas reformas psiquiátricas que se iniciaram no Brasil, na Itália e na França, e se opuseram a tais violações a partir de novas propostas para as noções de saúde e de doença mental (Yasui, 2010; Arbex, 2019; Pinto *et. al.*, 2023).

É preciso fazer notar que, mesmo assumindo caráter menos sistemático, ou, mesmo, assistemático, a crítica de Deligny à norma psiquiátrica fará despontar, ainda em 1944, elementos que são geralmente

atribuídos a obras como *História da loucura*⁶, de Michel Foucault, publicada em 1961, e *O normal e o patológico*, de Georges Canguilhem, publicada em 1966. Assim sendo, talvez não seja mesmo exagero considerar que a importância de Fernand Deligny ainda não é devidamente conhecida nos estudos do âmbito da educação e da saúde (Aragon, 2018; Matos, 2016).

Mas, retornemos à nossa pergunta inicial: o que há de contemporâneo em tudo isso? A contemporaneidade de Deligny parece se anunciar em uma época na qual ocorre considerável enfraquecimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, construída a partir da crítica ao paradigma manicomial, historicamente conhecido pela supressão de direitos civis, maus-tratos, abusos e morte (Yasui, 2010; Arbex, 2019). Como exemplo deste enfraquecimento, estão os efeitos da resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017, que, ao estabelecer diretrizes para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), inseriu, pela primeira vez, desde o início da Reforma Psiquiátrica Brasileira, os hospitais-dia como parte da RAPS. Esta implementação desconsideraria, ainda, o princípio da territorialização, favorecendo a centralização no modelo hospitalar em detrimento do modelo psicossocial, e resultando em uma estagnação e subsequente aumento do número de internações — como demonstra a revisão integrativa de Pinto et al. (2023).

A ligação de Deligny com a Reforma Psiquiatra Francesa, por sua vez, é consideravelmente direta, ainda que se possa vê-lo como uma figura marginal ao processo organizacional. À época, em 1965, convidado por Jean Oury⁷ e por Félix Guattari⁸, o pedagogo chegaria a atuar na clínica de La

⁶ O texto deriva da tese de doutoramento de Foucault, tendo sido publicada, originalmente, sob o título *Folie et déraison*. Depois, teve sua versão mais bem estabelecida em republicação no ano de 1972, com uma nova introdução e novo título de *Histoire de la folie à l'âge classique*, de onde advém a sua versão traduzida para o português.

⁷ Jean Oury (1924-2014) foi um psiquiatra e psicanalista francês que fundou em 1953 a Clínica de La Borde.

⁸ Félix Guattari (1930-1992) foi um dos fundadores da esquizoanálise e da ecosofia. Foi um psicanalista, psiquiatra, filósofo e revolucionário francês. Ele é também conhecido por suas obras com Gilles Deleuze, um parceiro intelectual que conheceu nos eventos de maio de 1968.

Borde junto a Any, sua esposa. A clínica é comumente vista como o principal experimento da psiquiatria institucional que marcaria o movimento antimanicomial francês. Seu trabalho se realizaria espacialmente, topograficamente: construiria, fora dos muros do castelo, um lugar chamado La Serre para o desenvolvimento de ateliês de madeira, desenho e artesanato (Mendes; Castro, 2020).

Apesar do envolvimento institucional com uma clínica ligada às ideias antimanicomiais em emergência, a forma de participação junto às assembleias e reuniões, bem como a obrigatoriedade do uso de dossiês e prontuários, e a demanda para que recorresse sistematicamente à psicanálise no cuidado com seus pacientes, o desagradaram profundamente. A predominância da palavra seria uma questão central para o seu incômodo com o funcionamento de La Borde: como depositar na palavra em assembleia a participação e o destino daqueles autistas não verbais, como o jovem Janmari, que habitavam a sua oficina? A Rede, uma tentativa de oferta de cuidado que seria iniciada por Deligny em 1968, se proporia ao acolhimento destas crianças em uma região rural ao sul da França, em um lugar de existência que buscava criar um comum entre estes modos de ser verbais e não verbais; um comum que lhe seria tanto objetivo quanto meio (Aragon, 2018; Mendes; Castro, 2020).

É Agamben (2009) quem aponta a ideia de contemporâneo que nos parece bastante próxima àquela na qual tentamos situar as obras — não só as verbais — de Deligny. Para ele, a experiência do contemporâneo introduz no tempo uma descontinuidade peculiar que o divide segundo uma atualidade ou inatualidade similar à da moda. Ao tentar objetivar a contemporaneidade e situá-la no tempo, logo se perceberá, inadvertidamente, que o instante em que ela vem a ser não é plenamente identificável, e que a sua constituição está sempre se adiantando a si mesma. A experiência do contemporâneo passa pelo gesto no qual o seu presente divide o tempo segundo um não mais e um ainda não, e se institui entre esses outros tempos. Assim, é reatualizável, capaz de revitalizar passados e de reconvocar o que se declarava já morto e findado. Avistar a contemporaneidade, assim, não é avistar um momento agora, de inteiro

presente, mas o próprio vazio do céu noturno que anuncia as estrelas cujas luzes, em função da expansão do universo, não nos alcançaram.

A síntese do contemporâneo que é introduzida por Agamben (2009) é, portanto, muito mais processual e histórica do que se costuma pensar. Seu contemporâneo não é aquele que percebe o escuro do presente e nele apreende resoluta luz, mas, principalmente, aquele que está à altura de transformar o tempo e de colocá-lo em relação a outros tempos, lendo a história, com isso, de modo inédito. Para o autor, Michel Foucault⁹ e Walter Benjamin¹⁰ são interpeladores dos problemas presentes que lançam suas perquirições históricas sobre o passado, e, assim, dão ouvidos à exigência de ser contemporâneo para além do agora; de ser contemporâneo para além do nosso século.

Se Michel Foucault e Walter Benjamin parecem inseridos nesse contemporâneo por sua perspectiva histórica, Fernand Deligny parece inserido por sua perspectiva geográfica. Essa bricolagem, que chamamos, aqui, de *O Contemporâneo Deligny*, é formulada em uma articulação com desafios próprios ao trato com a experiência autística, que foram guiadas por ele de forma propriamente cartográfica (Aragon, 2018; Mendes; Castro, 2020).

O Autismo traçado entre elementos de norma e de normalização

O laboratório de Fernand Deligny tinha como elemento central sua experimentação pedagógica com crianças e jovens autistas. De acordo com Orrú (2012), “O autismo é uma palavra de origem grega (*autós*), que significa por si mesmo” (Orrú, 2012, p. 17). Essa autora afirma que, à princípio, esse termo foi utilizado dentro da psiquiatria, para denominar

⁹ Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês cujo conhecimento influenciou várias áreas do conhecimento. Seu trabalho é comumente apresentado a partir de 3 fases: a arqueologia, a genealogia e a ética.

¹⁰ Walter Benjamin (1892-1940) foi um filósofo alemão ligado a Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica.

comportamentos humanos que se centralizavam em si mesmos e eram voltados para si próprios. No entanto, Deligny via essas pessoas para além dessa identidade. Possivelmente, o grande objetivo empírico de Deligny era, através do traçado de suas linhas, dizer outras palavras sobre a categoria autismo, para além da identidade e da norma.

A identidade é o que nos assemelha, nos faz iguais, o que nos faz “duplos” de outros, nos agrupa em caixas/categorias. O conceito de identidade é bastante caro à modernidade, na medida em que a ciência moderna, estruturada por um funcionamento capitalístico, tenta estruturar também o mundo e a vida. Desse modo, a modernidade nomeia para ordenar, para dar fim ao diverso e múltiplo, ou seja, ao caos. Ao tentar pôr fim ao caos, cria a norma e, com isso, classifica: distingue, no sentido literal e moral do termo. As “caixas” que capturam/nomeiam o corpo autista são produtos da ciência estrutural moderna. Diante disso, apresentamos uma revisão bibliográfica do que chamamos aqui de categorização biomédica do autismo (Teles; Zoboli; Orrú, 2024).

Lançada em 1980, a terceira edição do Manual Estatístico e Diagnóstico de Doenças Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, DSM III) definiu o autismo infantil como uma desordem do desenvolvimento distinta da esquizofrenia e classificada como abrangente em três domínios: (1) falhas na interação e resposta social; (2) prejuízo em habilidades de comunicação; e (3) respostas inadequadas a vários aspectos do meio, observados a partir dos 30 primeiros meses de vida. Lançada em 1987, a edição revisada (DSM III-R) apresentaria 16 critérios relacionados aos 3 domínios, sendo que, destes, 8 critérios seriam requeridos para a classificação do indivíduo como autista. Quando não atingidos todos os critérios mínimos, a classificação passava a ser de Transtorno Pervasivo do Desenvolvimento, Não Especificado de Outra Maneira (*Pervasive Developmental Disorder, Not Otherwise Specified* — PDD-NOS) (Borges; Moreira, 2018).

Propostas de refinamento diagnóstico seriam apresentadas no DSM IV, publicado em 1994, e no DSM IV-TR, publicado em 2000, que ampliariam o número de desordens globais do desenvolvimento para 5:

Síndrome Autista, Síndrome de Asperger, Transtorno Generalizado do Desenvolvimento Não-Especificado, Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância. É importante notar que, ainda que posteriormente a Síndrome de Rett — diretamente ligada a mutações no gene MeCP2 — e o Transtorno Desintegrativo da Infância, ligado a questões metabólicas —, deixem de ser considerados parte do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), eles compartilham sintomatologia clínica bastante similar e acabam se situando, neste momento, ainda sob a mesma categoria geral (Borges; Moreira, 2018).

Publicado em 2013, o DSM-V introduz a categoria de Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma integração de vários subtipos da categoria de Transtornos Globais do Desenvolvimento. A nova tipologia passa a adotar como critérios diagnósticos apenas a escala de gravidade do transtorno, seguindo um modelo que passa a ser bidimensional. Segundo este novo modelo, proposto pela Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association*, APA), estas duas dimensões correspondem aos déficits persistentes na comunicação social e na interação social; e aos padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Borges; Moreira, 2018). A escala de gravidade, por sua vez, se consolidaria em três níveis: (1) necessidade de suporte; (2) necessidade de suporte substancial; e (3) necessidade de suporte muito substancial. A escala, embora orientada pelas propostas da APA, não define em que consiste tal suporte (Rios, 2017).

A partir de janeiro de 2022, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) passou a constar como um diagnóstico unificado, sob o código 6A02, na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID-11¹¹ (*International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems*), lançada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Essa nova formulação, em parte,

¹¹ Documento válido para identificar e classificar questões relacionadas à saúde em todo o mundo, a partir do ano de 2022. No entanto, por conta de questões referentes à tradução do texto para a língua portuguesa, não teve seu uso utilizado pelos médicos brasileiros neste mesmo ano.

atendeu aos interesses de uma parcela de autistas, na medida em que universaliza o termo Transtorno do Espectro do Autismo (que já consta no DSM-V desde 2013), trazendo apenas algumas especificações¹², relacionadas à linguagem funcional e deficiência intelectual, no mesmo universo do autismo. Todavia, em termos de definição, seguiu a mesma linha do DSM-V, na medida em que mantém o foco nos déficits e nas definições generalizantes, além de seguir também com a estratégia de patologizar comportamentos.

A prevalência de pessoas diagnosticadas com o TEA tem sido, desde então, cada vez maior, de acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (*Centers for Disease Control and Prevention*, CDC). Em sua atualização mais recente, com dados referentes ao ano de 2020, uma em cada 36 crianças, poderia ser enquadrada dentro deste espectro. Em 2000, a estimativa do CDC apontava que este seria o caso de uma em cada 150 crianças. O aumento vertiginoso de diagnósticos ainda não possui explicação consolidada, mas têm-se apontado elementos como o maior acesso ao diagnóstico, maior atenção de pediatras e professores ao tema, compreensão de que alguns casos mais sutis também podem ser enquadrados no espectro, e elementos ambientais, como idade dos pais, contato com determinadas substâncias químicas e estresse gestacional (Borges; Moreira, 2018; Maenner, 2023).

Críticas feitas à abordagem psiquiátrica do problema indicam que a forma como o DSM-V categorizou o autismo reforça uma perspectiva ontológica que o tem como entidade externa, doentia, que pode ser eliminada mediante uma terapêutica adequada, mediante o treinamento de um corpo à norma. Com isso, a perspectiva clínica sobre a experiência autística se deteria sobre um indivíduo doente, por se encontrar mais ou menos distante da norma predisposta para a sua experiência de vida (Marfinati; Abrão, 2014; Ortega; Müller, 2022). Passaria a haver, inclusive, uma sensível divisão no debate público entre a lógica territorial e

¹² Apenas a Síndrome de Rett segue em separado, como aparecia anteriormente na CID-10, agora com o código LD90.4.

psicossocial da saúde pública e do direito social; e a lógica individual das associações de pais que definem tais condições como deficiências e demandam serviços e intervenções de outra natureza (Ortega; Müller, 2022).

Críticas ao poder do modelo psiquiátrico, como se sabe, não devem ser confundidas com a negação da existência de uma experiência singular com o mundo, nem com as dificuldades de convivência ou de atenção especial. Pelo contrário, balizam-se, em geral, pela reafirmação dessas disposições corporais e perceptivas que habitam os espaços sociais como uma dentre outras formas possíveis de diferenças. É que, como dirá Deligny (2015), o observar do trajeto de suas crianças em Cèvennes¹³ revela imagens mais ou menos estáveis, hábitos, repetições, que podem ser descritas e desenhadas para que se oriente uma melhor disposição do espaço a partir de um território comum. Em sua analogia, tais trajetos são como a rede de uma aranha, que é tramada sem que ela tenha, em seu foro íntimo, um projeto a pôr em obra. Antes, é o recanto da parede que a convoca e é convocado por ela, no favorecimento de um encontro. Sua Rede, como o autor chamaria, seria esse modo de convivência menos coercitivo e menos ávido de sujeição, que insere o *aracniano* no comum, no convívio, e que também recomenda aos seres verbais que abandonem, ao menos em parte, seus finalismos, seus projetos de socialização voltados à semelhança (Deligny, 2015).

Falar de um lugar de autismo que não se pretende doença, ou sintoma, corrompe toda e qualquer possibilidade de cura, fato que, em grande medida, subverte o paradigma biomédico. A compreensão de autismo, sob o olhar de Fernand Deligny, de igual modo, contrapõe-se totalmente ao poder psiquiátrico, às certezas fixadas pela “identidade autista”, retira o autismo da clínica e o coloca envolto às linhas de errância. Pensar o autismo por outras órbitas é central na obra de Fernand Deligny, isso se reverbera no aspecto provocador de sua argumentação, que faz frente diretamente a alguns preceitos da psicanálise institucional, combatendo o encarceramento e construindo possibilidades de sobrevivência para além da

¹³ Conjunto de cadeias de montanhas localizadas no centro-sul da França.

normatividade social, concedendo ao autismo uma condição singular de existência.

A partir de leituras das obras de Pierre Clastres (1934-1977), em seus estudos antropológicos e políticos, Fernand Deligny ensaiará uma aproximação menos fortuita do que a princípio se pode pensar entre as sociedades originárias e os modos de vida em Cèvennes, como a autossustentabilidade, a recusa de circulação monetária, alguma ritualização do costume, criação de áreas de estadia e práticas artísticas endógenas. Para ele, entretanto, o significado do abandono do poder coercitivo é completamente diferente: se as sociedades originárias recusam ativamente esta coerção, nas crianças autistas isso é um elemento totalmente impossibilitado. E isto porque, para ele, a lição clínica retrata exaustivamente a estranheza do autista aos componentes do mundo simbólico — p. ex. consciência reflexiva e alteridade, linguagem, vontade, intenção e projeto.

Para Deligny (2015), o mundo dos autistas é da ordem do agir, de ações sem finalidade reconhecível, enquanto o mundo dos seres verbais seria da ordem do fazer, de ações voltadas às finalidades e às execuções funcionais. Esse assimbolismo — por assim dizer —, entretanto, não seria uma negatividade, ou falta. Portanto, reiteramos que a um corpo autista não falta um funcionamento adequado, em relação a um determinado padrão de normalidade, pois a função que o corpo possui para o outro não faz nenhum sentido para a própria pessoa autista. Sob essa corrente teórica, a existência por si só do corpo autista, ‘deficiente’, ‘inadaptado’, interpela os dispositivos de poder que o atravessam.

As formulações de Deligny (2015), se nos furtamos de classificá-las imediatamente como excêntricas demais para pensar processos pedagógicos e de cuidado com pessoas autistas, fazem eco com importantes movimentos sociais contemporâneos, a exemplo do movimento da neurodiversidade — que defende que as diferenças neurológicas existentes nas pessoas não devem ser compreendidas como doença, e sim como variações inerentes à espécie humana. O termo, inaugurado na tese de doutorado da socióloga Singer (1998), contrapõe-se a uma noção estritamente médico-normativa do

autismo, inserindo-o como uma diferença dentre outras no rol de certa marginalização social.

Assim como no espaço de Cèvennes, a compreensão ampliada da noção de autismo demonstra as inúmeras barreiras impostas por estruturas e modos de funcionamento adaptados para corpos que funcionam de outra maneira. No caso de Singer (1998), sua busca é por deslocar a diferença neurológica de um modelo biomédico de tragédia pessoal para que ela ocupe espaço como forma de diversidade corporal e funcional. Os trabalhos, normalmente classificados como Estudos Críticos De Autismo (*Critical Autism Studies*, CAS), que são heterogêneos em suas metodologias e abordagens teóricas, convergem em criticar, ou, ao menos, pôr em suspensão, a ideia de que a abordagem central para o cuidado com pessoas autistas deva ser a de cura ou conserto. A experiência de Deligny (2015), assim, ainda que partindo de formulações teóricas diferentes, e estando situada ainda no início dos debates sobre o assunto, parece funcionar como uma testemunha filosófica, antropológica, pedagógica e clínica de que tais tentativas são plenamente possíveis.

Cartografando práticas pedagógicas nas teias do pensamento de Fernand Deligny

Uma aranha pode levar em torno de 30 minutos para construir uma teia, e é a partir de um único fio todos os outros são montados em um desenho simétrico e harmônico. A teia é uma verdadeira obra de arte da arquitetura animal. Sobre o poder das teias, há um provérbio africano que afirma que “Quando as teias da aranha se juntam, elas podem amarrar um leão”. Portanto, é nesse contexto, que aqui discutiremos alguns dos postulados de Fernand Deligny, especialmente considerando suas compreensões acerca do autismo, para arrematar o fazer artesanal cartográfico.

[...] falar de teia faz pensar em tela. Onde está o quadro antes de ser feito? [...] foi essa mesma pergunta que me fiz a propósito da teia de aranha: onde ela está, e sob que forma, antes de ser tecida? Teia e tela têm um artesanão, é fácil demais suspeitar que cada aranha encerra em seu foro interior o projeto de pôr-se à obra na primeira ocasião (Deligny, 2015, p. 23).

O pedagogo Fernand Deligny, em 1936, era um professor primário em Paris que tentava utilizar o desenho, o conto, a mímica e o “alfabeto gestual” em classes especiais. Somente em 1943 inicia sua experiência, que podemos chamar de piloto, pois rompe com toda a configuração existente ao alcance do seu público. A partir de 1945, ele começa a receber aquilo que ele chama de *vagabundos eficazes*, no Centro de Observação de Lille. Deligny nos conta em sua obra “*Vagabundos eficazes*” que não objetivava transformar sua experiência lidando com os ‘inadaptados’¹⁴ — que foram ‘crianças difíceis’, ‘crianças à parte’, frutos de uma ‘infância inadaptada’ — em algo que remetesse à proibição, à algema, vigília ou proteção, contra o ideário psicanalítico e o poder de burocratização dos corpos. Sua compreensão legitimava a ideia de cura livre.

Gostam da ordem, dos relatórios escritos para se manterem acobertados e das fofocas para se informar. Ignoram o que uma turma de garotos e garotas pode consumir de energia, de pregos, de tijolos, de solas, de tempo, de ideias e de tudo o mais. Um estabelecimento bem “administrado” – será que isso quer dizer que tudo que vive nele em breve vai morrer? Nesse eterno combate dos ativos contra os passivos, faço apelo aos psicólogos, psiquiatras, biólogos e pedagogos que afastam na descoberta do homem, sem ouvir os

¹⁴ “A maior parte deles é constituída por vagabundos que, para fugir da privação da liberdade do trabalho cotidiano, se veem entre dois policiais, entre as paredes de uma cela. Amantes pueris do absoluto, bem mais do que os juízes são capazes de imaginar. [...] vagabundos ineficazes, pequeno povo de solitários, alguns deles incontestáveis resíduos de homens e de outras esperanças de um mundo que corre o risco constante de morrer de docilidade, tal como alguns porcos em sua gordura e alguns homens em sua cama” (Deligny, 2018, p. 55-54).

chamados desesperados dos educadores, que, na aleatoriedade dos estabelecimentos, tentam ajudar as crianças a viver reunidas em torno deles, e se sentem insidiosamente bloqueados – as crianças e eles mesmos – pelas “circunstâncias” antiquadas e mesquinhas impostas pelas atuais administrações (Deligny, 2018, p. 17).

Contudo, sua experiência nunca se transformou em um método. Nesse ponto talvez alguns diriam que Fernand Deligny fracassou. Além disso, encontrava resistência nos Conselhos de Administração, que eram responsáveis pela manutenção do funcionamento da instituição, tanto no aspecto financeiro, quanto na concessão para o funcionamento. Fernand Deligny resistiu às investidas de imposições de setores burocráticos e administrativos da saúde mental, e seus postulados reverberam até hoje na compreensão da loucura e na forma como lidamos com ela.

Todo esforço de reeducação não sustentada por uma pesquisa e por uma revolta cheira muito rapidamente a trapos velhos ou a água benta contaminada. O que queremos para esses moleques é ensiná-los a viver, não a morrer. Ajudá-los, não os amar (Deligny, 2018, p. 114).

Os experimentos pedagógicos de Deligny aconteceram na chamada “*rede aracniano*”, que basicamente se organizava como um espaço de acolhimento e de experimentação. Todo o desenho da rede se sustentava nos movimentos dos autistas, a partir do quais os mapas cartográficos eram traçados.

[...] uma rede tem trajetos. Também se poderia dizer que esses trajetos têm uma rede, constituem a rede, fazem-se em rede. Assim é com o aracniano: nunca se sabe se ele é trama, ou se consiste apenas em ser tramado (Deligny, 2015, p. 23).

No entanto, ele lembra que a rede pode quebrar, romper-se, apresentar falha no projeto, pode ser engolida. Portanto, “[...] a rede não é uma solução, mas um fenômeno constante, uma necessidade vital” (Deligny, 2015, p. 32). Dessa forma, reiteramos que há no pensamento de Deligny a primazia pelo inoportuno, um trabalho desenvolvido à espreita, tal qual o saber-fazer de uma aranha. O central para esse autor não é o projeto, mas a rede.

Não, justamente. Crie uma aranha numa placa de vidro: talvez lhe venham esboços de tecer, mas no vazio, pois a placa de vidro é o vazio, simplesmente porque não há suporte possível, e os gestos da aranha, obstinadamente reiterados, exatamente os mesmos gestos que permitiram tecer, tornam-se os tantos espasmos a preludiar a agonia do *aracniano* (Deligny, 2015, p. 40, grifo nosso).

Por entre redes e aranhas, Deligny (2015), relata em seus textos o caso de Janmari em detalhes, mas ressalta que quando fala sobre ele, é como se estivesse falando sobre “eles”. Esse autor descreve a criança autista como hipótese para um mundo melhor. Janmari é o guru de Deligny, foi com ele que aprendeu que,

Todo o segredo está em não curar nada. É isso que faz com que nos entendamos bem com Janmari, porque não podemos curar quem não está doente. Aí está: ele não tem nada. Então, por que tratá-lo como se ele tivesse sido atingido por alguma coisa? (Deligny, 2017, p. 287).

O relato de experiência de Deligny (2015) com Janmari nos faz refletir sobre a forma como as instituições escolares têm se colocado, atualmente, enquanto reféns de laudos e rótulos, que representam a primazia do poder psiquiátrico sob a educação. O movimento de categorização que está sendo adotado por essas instituições, abdica de alguns dos principais fundamentos da “escola para todos” — que é promover o ensino,

aprendizagem e autonomia de todos os alunos – e reforça o caráter segregador e excludente da escolarização atual, que, definitivamente, não é para todos.

De acordo com Alvez e Pérez (2018), Deligny via o autismo como uma condição singular de existência. Suas práticas não se dispunham a forçar as crianças autistas não verbais, refratárias à linguagem e ao discurso, a se adequarem aos padrões da linguagem e comportamento, mas sim inventar um modo que lhe permitisse existir com eles, mesmo que isso significasse mudar seu próprio modo de existir. É importante ressaltar que não existia uma busca pela construção de um “método” ou um “consenso” em suas práticas pedagógicas.

A compreensão de Deligny sobre o autismo é radicalmente diferente dos modelos psiquiátricos e psicanalíticos instituídos. Segundo ele o autismo é um modo de ser como qualquer outro. No entanto, este outro modo de existir teve suas qualidades e potencialidades sufocadas e suplantadas por discursos políticos e científicos que fundados na medicalização, na vigilância e no controle social conduzem à estigmatização, ao preconceito e a marginalização (Alves; Pérez, 2018, p. 581).

Para Deligny, respeitar os autistas não significa apenas respeitá-los na condição de outro. É necessário fazer com que a rede se trame, não com o necessário, mas permitindo que a rede se faça por si, o tramar é o que importa. É o “fazer em fazer”. “Diante do desassossego manifesto das crianças ‘autistas’, é preciso tentar alguma coisa, isto é, o querer” (Deligny, 2015, p. 64). Esse autor confronta diretamente os dispositivos de controle material, institucional, social e discursivo que buscam normatizar o corpo autista e colocá-lo em um lugar de selvageria. Em “*O aracniano e outros textos*” Deligny (2015) se recusa a fazê-lo e diz que este lugar é da “civilização”.

O desafio da leitura deste livro é que ele escreve sobre práticas pedagógicas que trabalham com o radicalidade

de investir no autismo como existência e com o rigor de retirar dela uma potência singular de vida, experimentando outro tipo de educação para o homem. Poderemos desfrutar desta leitura como uma prática única que nos ensina a pensar como é uma pedagogia que se faz junto com o agir autista e não sobre o agir autista (Matos, 2016, p. 102).

Aí está a opção pelo fazer cartográfico, enquanto possibilidade de fazer ciência. “A cartografia informa tanto suas investigações como sua prática pedagógica (inédita) fundada no registro dos traçados, das linhas e dos mapas dos movimentos e percursos dos autistas”. (Alves; Pérez, 2018, p. 579). Seguindo um traço semelhante, Matos (2016) afirma que, “[...] o pensamento *aracniano* descentraliza as práticas pedagógicas do autismo das representações psicopatológicas e investe em rastrear e em apreender com as singularidades produzidas pelo projeto” (Matos, 2016, p. 99).

De acordo com Deleuze (2011), fazer mapas não é sobre interpretá-los, compreendê-los, não como um geógrafo, mas tal qual um pintor. Ele nos fala sobre a existência de mapas de intensidades, da necessidade de observação sobre o que preenche o espaço e o trajeto. Por isso, a experiência de Deligny lhe parece tão valiosa, porque o que de fato ele fazia era observar e traçar as linhas desenhadas pelos deslocamentos cotidianos das crianças e jovens autistas.

Aragón (2018) relembra, na sua montagem de um *Deligny Clínico*, a relação íntima existente entre uma ética não punitiva e os espaços abertos nos quais se desdobrariam os cuidados com as crianças autistas. Seu *modus operandi* consistia em uma ética topográfica que implicava prover espaços sem muros e sem dossiês. Estariam registrados em seus mapas, entretanto, trajetos realizados pelo espaço liso daquela propriedade rural, e tais movimentos exibiriam curiosos limites, bordas a partir das quais as crianças não prosseguiriam, retornando ao centro ou parecendo se perder em outras linhas. Naquilo que podem parecer rabiscos, estão inscritos gestos para nada, relações com as atividades diárias e mesmo uma curiosa relação com o tempo que é própria à experiência autista.

Esse cartografar, assim, ocorreria mais para que se pudesse acalmar a ânsia finalista dos trabalhadores do que para que aquele mapa exercesse, por si, efeito sobre as crianças. É o território comum que passa a ser pensado no seu sentido mais amplo, incluindo as atividades, as cores, as paredes, os móveis, os sons etc. É essa articulação ou agenciamento entre corpos e ambientes que é analisada, não para revelar uma verdade sobre os autistas ou sobre o autismo, mas para permitir a busca pelo comum a partir de um *topos* compartilhável. A anedota de sua invenção, nos lembra Aragon (2018), é de que Jacques Lin, operário, pergunta a Fernand Deligny o que fazer com o autista que costumava bater a cabeça contra a parede. Seu questionamento não seria respondido com o esperado: falar sobre ou fazer falar. No lugar do imperativo do primado simbólico, ele pediria que Jacques transcrevesse os deslocamentos e os agires da criança. O conjunto de ferramentas criadas ou buriladas nesta experiência, que se passava em convivência com as presenças próximas¹⁵ e outros autistas, circulava entre os cuidados com bordado, costura, pães, ovelhas e marcenaria. Essa proposta levaria estes infantes a deixarem de manifestar tamanho sofrimento e lhes permitiria mais efetiva presença nas atividades cotidianas. De acordo com Mendes e Castro (2020), essas atividades envolvem o respeito ao modo de ser de cada um, incluindo atitudes, gestos, atrações e esperas.

É preciso, entretanto, considerar o contexto no qual a aposta educacional de Deligny se desenrolava. Tracejar o histórico do conceito de autismo é, também, tracejar os lugares sociais que ele ocupou historicamente, bem como o papel das sensíveis categorias que o precederam. Marfinati e Abrão (2014), por exemplo, em um estudo conceitual do saber psiquiátrico sobre a criança, argumentam que a categoria se desenvolve a partir das discussões sobre a noção de ‘retardamento

¹⁵ “As presenças próximas priorizam atividades coletivas que envolvem o cuidado de si e do grupo, a feitura do alimento comum, o cuidado com a casa e o espaço aberto em que vivem, e fazem isso junto com as crianças” (Mendes; Castro, 2020, p. 350).

mental¹⁶, seguida pelo questionamento das psicoses infantis e, por fim, da conceituação psiquiátrica do autismo clássico.

É importante articular que, ainda que seja um elemento consideravelmente ignorado, não sendo habitual ler-se menções explícitas ao papel da infância nesses momentos históricos, os estudos de Foucault (2006) indicam que a emergência do poder psiquiátrico, que se desdobraria na emergência dos grandes hospitais e da grande internação, não teria se desenvolvido a partir da adultez, da figura do ‘adulto louco’, ou da figura da ‘criança louca’. Antes, teria se desenvolvido a partir da figura da criança que não aprendia adequadamente, chamada ‘imbecil’, ‘idiota’ e, mais tarde, ‘retardada’. É assim, também, que são designadas as crianças que chegam a Deligny (2015; 2020): crianças ineducáveis.

Não obstante o incômodo trazido por tais palavras, a historiografia torna notável que a noção de que o atraso de desenvolvimento não é uma doença, mas um estado, já é bastante antiga — têm suas menções na ideia de ‘retardamento mental’ — e se mostra ineficiente como garantia de respeito ou dignidade. Por si, a ideia de que não há uma doença propriamente dita ainda se alinha àquilo que Deligny (2015) nomeia *semelhantização* — base para a norma psiquiátrica, como se vê mais adiante —, e não previne nenhum de nossos incômodos contemporâneos. Isso porque é possível encontrar argumentos desse tipo desde Esquirol (1838), que já dizia, em seus textos sobre a ‘idiotia’, que essa deveria ser definida como um estado ligado à manifestação insuficiente, ou a não manifestação, das faculdades intelectuais esperadas. O que se observa é, portanto, um certo maquinário ou dispositivo na égide dessa forma de poder normatizador.

A articulação pedagógico-psiquiátrica aparece também por meio da norma que determina a expectativa na direção do pleno desenvolvimento de uma forma-homem capaz de socializar adequadamente, ou seja, seguindo a terminologia da época, de exercer o seu pleno desenvolvimento moral. O surgimento dos asilos, assim, estaria diretamente ligado a esse público

¹⁶ Neste texto, em priorização da precisão terminológica e histórica, manteve-se o emprego de termos clínicos que se popularizaram com sentido pejorativo. Eles estão, ao longo de todo o texto, separados por aspas únicas, a fim de evitar possíveis confusões.

infantil, mantendo sua arquitetura cerrada para que garantisse a devida disciplina e segurança, permitindo que os pais com filhos ‘anormais’ pudessem trabalhar. A princípio, portanto, voltados para a liberação da força de trabalho adulta, os asilos passariam a buscar a devida adequação dos seus internos, como se verifica nas propostas de Séguin (1846) sobre o seu tratamento ‘moral’. Esta forma de educação vislumbraria a formulação de um funcionamento monárquico no corpo do indivíduo, em oposição à anarquia própria à ‘idiotia’.

Uma questão técnica, e mesmo arquitetônica, desponta de uma concepção de mundo que, não propriamente por sua perversidade maior, ou por seu ímpeto frívolo, faz aparecer grandes e insalubres asilos. Antes, tais estruturas parecem inscritas historicamente em um desejo empirista no qual o panóptico é a expressão do laboratório ideal para a observância do desenvolvimento vital e da socialização/moralização. A pontuação de Deligny (2015) é profunda e certa ao situar, no cerne desse dispositivo, a chave da *semelhantização* — a compreensão de que há um funcionamento normal do desenvolvimento do humano, que se supõe ter fracassado em algum ponto naqueles seres singulares. Enquanto o espaço arquitetônico de Deligny (2015), ainda que precário, tende à modificação constante e ao *topos*, como primado relacional comum ao humano, Esquirol (1838), Séguin (1846) e Benthon (2008) convocam a autoridade simbólica e a transmissão do controle corporal do médico psiquiatra, ou do professor, para o aluno. A grande estrutura arquitetônica manicomial, ainda que pareça verbalizar pouco, é, portanto, formulação propriamente simbólica, verbal e *semelhantizante*.

Ortega e Müller (2022) destacam que, no Brasil, a crítica ao modelo manicomial se mostrou bastante efetiva em denunciar as condições insalubres dos asilos. Para eles, entretanto, as políticas públicas substitutivas em saúde mental teriam sofrido bastante dificuldade de ofertar adequadamente a forma territorial de cuidado. As verbas públicas escassas e a sobrecarga operacional desses serviços, assim, teriam levado os familiares à busca por formas individuais de atenção que habilitassem seus filhos operacionalmente para a socialização e para o trabalho.

Tais elementos são bem apresentados em estudos como os de Silva et al. (2010) sobre a difusão de saberes psiquiátricos no Brasil. Em uma análise de um curso de biopsicologia infantil ministrado ainda em 1940 no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), em Belo Horizonte, o trabalho indica uma organização do curso em dois eixos que ressoam com duas categorizações já abordadas aqui: (1) a inteligência como operações psíquicas elaboradas por leis de associação; e (2) o caráter como expressão de disposições afetivas e intelectuais do indivíduo. Outra separação bastante conhecida seria aquela entre ‘anormais’ e ‘doentes’: (1) o anormal como aquele que apresenta defeitos constitucionais de origem intelectual e moral, ainda que não definida biologicamente; e (2) o doente mental como portador de uma disfunção orgânica.

A definição de ‘idiotia’ também aponta para os elementos apresentados até então, havendo três grandes diagnósticos: (1) os inadaptáveis (‘idiotas’ ou oligofrênicos); (2) os semiadaptáveis (em maioria, ‘imbecis’); e (3) os anormais (‘débeis’ da escola primária). Nesta definição diagnóstica, a ‘idiotia’ implica a dependência social completa do indivíduo, sendo necessário, portanto, um regime de internação. A maioria dos ‘imbecis’ indica um regime em que a assistência hospitalar ainda é necessária, mas talvez possam, com o devido auxílio, recuperar as despesas da sociedade com a sua manutenção — aqui, a *laborterapia* é recomendada. Por fim, os anormais seriam aqueles que demandam algum auxílio ou vigilância permanente, mas que são socialmente adaptáveis com maior facilidade, exigindo tão somente maior atenção escolar (Silva, *et al.*, 2010).

O poder psiquiátrico, assim, parece seguir no Brasil dinâmica bastante similar à que seguiu na França (Foucault, 2006; Marfinati; Abrão, 2014; Silva *et al.*, 2010). Isso porque, em sua articulação com a pedagogia, passa a se dar para além dos muros manicomiais, como o exercício de uma profilaxia que insere, na ficha escolar, uma avaliação pedagógico-psiquiátrica. Se a ‘imbecilidade’ e a ‘estupidez’ foram, na França do século XVIII, formas de loucura — erros do delírio que se colapsava sobre si mesmo — nos séculos seguintes, Esquirol (1838), reforçado por Séguin (1846), conceberão a ideia de retardo e de desenvolvimento comprometido.

Com isso, a psiquiatrização se desdobraria na formulação de uma pedagogia para as massas, com cursos dirigidos aos professores de escolas públicas, que os orientavam à identificação profilática. Aqueles, assim, largados à própria sorte — sem a intervenção psiquiátrica, portanto — passariam a ser vistos como riscos invariáveis à moralidade social.

Historicamente, percebe-se que a tentativa de medicalização do anormal, quando este vai gradualmente se constituindo como objeto psiquiátrico, assume a extrapolação da técnica médica e do espaço arquitetônico asilar para outras demandas sociais. Como exemplo, pode-se mencionar o fornecimento de abrigo ou asilo ao não adaptado socialmente, pobres e abandonados, cuja profilaxia moral também se pretendia efetiva (Deligny, 2015; Foucault, 2006; Silva *et al.* 2010). Assim, observa-se a montagem de um mecanismo: a *semelhançatização*, articulada à *norma psiquiátrica* e à expressão da lógica em formulações conceituais arquitetônicas, que indicam um lugar social de intensa intervenção e de prevenção do retardo e da falta.

Novamente, é preciso avistar nesse ponto, não uma formulação inumana, por ter-se desenrolado em violações dos Direitos Humanos, hoje considerados uma baliza para a avaliação de práticas de saúde. Antes, é preciso avistar o desenrolar lógico, econômico e cultural, que via na adequação dos corpos e em seu isolamento elementos como: a capacidade de permitir que as famílias prosseguissem com a execução plena de sua força de trabalho; o treinamento daqueles adaptáveis para trabalhos básicos que cobrissem seu custeio social; o isolamento e a categorização para a melhor execução das intervenções sobre o corpo individual; o desejo de tornar semelhante, intelectual e moralmente, para que se possa estabelecer a socialização, a possibilidade de convívio. E estes objetivos, entretanto, em nada preveniram o que estava porvir (Arbex, 2019; Foucault, 2006).

Esse doente recolhido é uma imagem quase especularmente oposta à experiência de Deligny (2015). Se há, em sua propriedade em Cévennes, algum isolamento social, ele é explicado pela sua necessidade de articular uma Rede distante das instituições psiquiátricas e de uma concepção da psicologia que vê no simbólico, no homem adulto verbal, a rés do humano.

É preciso grande esforço para acompanhar Deligny (2015) em suas formulações que apontam mais para intervenções topológicas do que em formulações interpretativas para os atos daqueles autistas. Há, aqui, um silenciamento respeitoso que avista os riscos de um poderio verbal, socialmente articulado, que poderia pretender dizer a verdade sobre a experiência autista. Isto, por certo, não para a ausência de cuidado, mas para a possibilidade de uma prática pedagógica que oferta de convivência, conforto e expressão que, em vez de se dirigir à *semelhança*, se dirige a uma topologia possível.

Considerações finais

Fernand Deligny, enquanto referência, destaca-se como arquiteto das palavras e das teias, estabelece novas possibilidades de diálogo sobre o autismo, com o “agir autista” e não sobre ele, ou a partir dele. Deligny irá pensar outros modos de vida e de existência, a partir de sua experiência de ensino e cuidado de crianças autistas que não oralizavam. Esses encontros nos levam ao fio da compreensão da vida em rede, como em uma espécie de teia de aranha. Sua escrita é poética, experimental e cheia de aforismos; nela cabe apenas admiração. O essencial da experiência de Fernand Deligny, no que tange a tentos pedagógicos, está na busca incessante pelos trajetos, pelos caminhos, pelos traços, que nunca era de uma pessoa; isso não tinha grande importância. Para ele, o central estava em “ver outras coisas”, que ele denominou como “[...] o resto, o refratário a toda compreensão” (Deligny, 2015, p. 160).

Suas linhas, que falavam como possibilidades de surgimento de algo novo, também descritas como ambulatórias, desenhavam mapas, que representavam a forma como os autistas caminhavam, perambulavam pelos espaços. A linguagem em si se fazia na andada de cada personagem, como atores incapazes de imitar ou repetir gestos, sempre inovadores em seus atos. Ao admirar a obra de Fernand Deligny, Deleuze (2011) afirma que “Nada é mais instrutivo que os caminhos de crianças autistas, cujos mapas de

Deligny revela e superpõe, com suas linhas costumeiras, linhas erráticas, anéis, arrependimentos e recuos, todas as suas singularidades” (Deleuze, 2011, p. 83-84).

Sob a égide do pensamento de Fernand Deligny, este trabalho consistiu em uma revisão narrativa da literatura que buscou constituir uma bricolagem entre o argumento no qual apresentamos um *Deligny Contemporâneo*, de acordo com Giorgio Agamben (2009), e um Deligny experimental que pensou práticas pedagógicas para autistas, para além dos ditames do poder psiquiátrico. Tratou-se, portanto, de situar a obra do autor, a partir de dois eixos, a Filosofia e a Educação, com questões contemporâneas ligadas à experiência autista. Observou-se, neste exercício, que a aposta radical de Fernand Deligny pode ser vista ecoando atualmente em movimentos sociais pela neurodiversidade e por uma concepção da convivência que, aquém e além da socialização, consegue transbordar a possibilidade de relações orientadas mais pela diferença do que pela semelhança.

Rios (2017), em seu estudo antropológico sobre os movimentos sociais de Pessoas Com Deficiência (PcDs), demonstra a importância do debate político e filosófico em torno da construção do autista como um sujeito político, destacando o papel do corpo como um recurso semiótico. Seu trabalho aponta que este corpo, à sua maneira, é capaz de comunicar suas reivindicações e que deve, portanto, estender-se para além de sua materialidade biológica.

Nesse sentido, a obra de Deligny também nos convida a pensar sobre qual é a potência deste corpo ao assumir sua condição singular de existência. Sua aproximação é com o modo de funcionamento de outros movimentos sociais de grupos marginalizados socialmente, erguendo, com isso, o profundo questionamento do *status* moral de pessoa, cuja definição se assentou, historicamente, sobre a capacidade racional — diríamos, verbal — para socialização.

Este é mais um elemento que convoca a bricolagem de um *Deligny Contemporâneo* que nos guia ao longo das linhas anteriores. Não é precisamente essa a grande questão dos autistas em Cévennes, junto à

Deligny (2015)? Estabelecer-se uma nova forma relacional que fica aquém e além da estruturação da política verbal? Lançar-se no tempo, na convocação de tais experiências se mostra, também, sob tal perspectiva, uma convocação às suas estratégias de cartografar e de arquitetar um território móvel, cuja própria organização se abre para uma experimentação com a alteridade radical e, mesmo, com os elementos de ipseidade¹⁷ próprios ao humano.

Trabalhos como os de Deligny (2015), assim, parecem nos convocar facilmente à ideia de um contemporâneo que foi antevisto, adiantado, feito em vanguarda. É preciso, entretanto, retornar à analogia de Agamben (2009): o contemporâneo se lança em um entre o que deixa de ser e o que ainda não é. E, nesse sentido, Deligny (2015) ainda não deixou de ser, tampouco ainda não existe, mas habita, assim como o asilo, o ínterim entre as ideias que alvorecem e as que se negam ao crepúsculo.

Menos afeita à formulação de mais um entre outros no rol histórico de figuras geniais, este *Deligny Contemporâneo* é uma formulação que avisa sobre luzes pouco observadas. Avisa, portanto, sobre experiências que, por não se disporem a uma articulação com o edifício linguístico, habitam um tempo que as ignora. Torna-se precisa, portanto, a abertura espacial e técnica para formas outras de possibilidade e de convivência para além da relação simbólica entre semelhantes. Talvez, assim, esteja-se por formular não um debate entre o treinamento de habilidades e um modelo de direitos sociais; mas uma exploração territorial do comum que eticamente nos convoca a repensar o *topos* que compartilhamos e a arquitetura que podemos desejar.

Não obstante, verifica-se também que as obras de Deligny permitem que se estranhe o desenvolvimento da norma pedagógico-psiquiátrica. Quando articuladas à historiografia foucaultiana, principalmente, pode-se recolocar em perspectiva o atual lugar social do autismo, ao se considerar melhor o seu histórico de classificação junto às oligofrenias. É desta

¹⁷ Aquilo que lhe é próprio e distintivo, que lhe faz ser o que é, não outro. O que, por ser próprio, o diferencia dos demais. Por vezes, a linguagem é tomada como aquilo que diferencia o humano dos outros animais, argumento que já não se sustenta mais tão bem a essa altura.

formulação diagnóstica que se desenvolve a ideia de ‘retardo’ e, também, de onde se vê a necessidade de liberação da força de trabalho que convoca o surgimento dos asilos e hospitais psiquiátricos, os quais Deligny (1980; 2015) rejeitará fortemente.

O que um *Deligny Contemporâneo* parece oferecer, é, assim, um pensamento que, entre dominantes concepções do autismo a ser normalizado, diverge radicalmente na direção de pôr em suspenso o asilo, o primado do simbólico e a arquitetura fechada do cuidado. Ergue-se, assim, um *topos* que é político e um corpo que prenuncia uma nova definição daquilo que se pode compreender como convivência. Uma nova ética e uma nova estética são, portanto, desenhadas — cartografadas, diríamos — a fim de que se possa inaugurar a mudança do lugar social ocupado até então pelos autistas.

Elaborar uma episteme que subverte os fundamentos da ciência moderna, dos preceitos psiquiátricos de sua época e escrever para uma outra lógica de compreensão é uma tarefa que Fernand Deligny assume, não só na sua obra, mas na sua prática diante da vida. Assume, porque não se furta, não recua, não se curva. Portanto, a obra desse autor é atemporal pois a potência do seu trabalho não se esgota no contexto histórico em que foi criado. Portanto, reafirmamos aqui a perspectiva contemporânea da criação de Fernand Deligny, a qual transcende um tempo espaço cronológico, por seu caráter questionador, provocador e de revide, pois (RE) vida.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é o Contemporâneo? In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALVES, Luciana Pires; PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Linhas erráticas: cartografias de um outro modo de existir na (vida e) escola. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 575-594, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.36041>.

APA. American Psychiatric Association. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5-TR*. 5 edition, Washington: American Psychiatric Association, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425787>.

APA. American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. DSM-V. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>.

ARAGON, Luis Eduardo P. Deligny clínico. *Cadernos Deligny*, v. 1, n. 1, p. 175-182, 2018. Disponível em: <https://cadernosdeligny.jur.puc-rio.br/index.php/CadernosDeligny/article/view/23?articlesBySameAuthorPage=3>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

BARROS, Manoel. *Poesia completa: Manoel de Barros*. São Paulo: Leya, 2010.

BORGES, Vinícius Magalhães; MOREIRA, Lília Maria Azevedo. Transtorno do espectro autista: Descobertas, perspectivas e Autism Plus. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, v. 17, n. 2, p. 230-235. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/21828>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v17i2.21828>.

CID-11 para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fcd%2fentity%2f437815624>. Acesso em: 27 de fev. 2022.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELIGNY, Fernand. *O homem sem convicções*. Tradução e notas de Marlon Miguel. 2020. Disponível em: <https://deligny.jur.puc-rio.br/wp-content/020/03/O-homem-sem-convic%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

DELIGNY, Fernand. *Os Vagabundos Eficazes: operários, artista, revolucionários: educadores*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

DELIGNY, Fernand. *Singulière ethnique: Nature et pouvoir et nature du pouvoir*. Paris: Hachette, 1980.

DELIGNY, Fernand. *O aracniano e outros textos*. Tradução de Lara de Malimpensa. São Paulo: N-1 edições, 2015.

ESQUIROL, Étienne. *Des maladies mentales: Considérées sous les rapports medical, hygiénique et médico-legal*. Libraire de l'académie royale de medecine. 1838. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k85089d/f237.item#>. Acesso em: 4 dez. 2023.

KRTOLICA, Igor. Pouvoir, violence, nature: Deligny lecteur de Clastres. In: SIBERTIN-BLANC, Guillaume (Org.). *Violences: Anthropologie, politique, philosophie*. Euro Philosophie Éditions. 2017. Disponível em: <https://books.openedition.org/europhilosophie/233>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.europhilosophie.233>.

MAENNER, Matthew J. Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years—Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020. *MMWR. Surveillance Summaries*, v. 72 issue 2, p 1-14. 2023. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15585/mmwr.ss7202a1>.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: Dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. *Estilos da Clínica*, v. 19, n. 2, p. 244-262, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/estic/article/view/83866>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262>.

MATOS, Sonia Reginada Luz. O pedagogo francês Fernand Deligny (1913-1996) e a sensibilidade estética da existência autista. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 97-102, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/17983>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v5i2.17983>.

MENDES, Mariana Louver; CASTRO, Eliana Dias. Fernand Deligny e uma clínica por vir: Mobilizações sobre modos de cuidar em saúde mental na infância e adolescência. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 1, p. 343-355, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/vkV5hwWmSf78Yw6Fv8KQR7S/?lang=en#>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN1754>.

ORRÚ, Silvia Ester. *Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

ORTEGA, Francisco; MÜLLER, Manuela Rodrigues. Negotiating human rights narratives in Global Mental Health: Autism and ADHD controversies in Brazil. *Global Public Health*, v. 17, n. 11, p. 3.189–3.203. 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2021.1957493>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.1957493>.

SÉGUIN, Edward. *Traitement moral hygiène et éducation des idiots et des autres infantes arrières*. Paris: Libraire de l'académie royale de medecine. 1846. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k770708.texteImage>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SINGER, Judy. *Odd people in: The birth of community amongst people on the Autistic Spectrum: A personal exploration of a new social movement based on neurological diversity*. 1998. Tese (Bacharelado em *Arts Social Science*). Faculty of Humanities and Social Sciences, University of Technology, Sidney, 1998.

PINTO, Adrielle da Mota de França *et al.* Consequências da modificação das políticas de saúde mental: Revisão integrativa. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 11, p. 20.415-20.432, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2110>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N11-030>.

RIOS, Clarice. “Nada sobre nós, sem nós”? O corpo na construção do autista como sujeito social e político. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 212-230, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/86hndtKbjyBGHDT7xTmR9G/?lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.11.a>.

TELES, Perolina Souza; ZOBOLI, Fabio; ORRÚ, Silvia Ester. Autismo, biopolítica e educação: entre peças que emolduram o quebra-cabeça da normalidade. *Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista*, v. 20, n. 51, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/15148>. Acesso em: 2 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v20i51.15148>.

YASUI, S. *Rupturas e encontros: Desafios da reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575413623>.

ZOBOLI, Fabio; GALAK, Eduardo; GOMES, Ivan Marcelo. Biopolítica e normalização dos corpos em XXY. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 26, n. 00, p. e024017, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8670573>. Acesso em: 28 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v26i00.8670573>.

Data de registro: 04/02/2024

Data de aceite: 25/09/2024